



LEI MUNICIPAL
350/25, DE 15 DE
JULHO DE 2025
LEI DE
DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO
FINANCEIRO 2026

[84.263.862/0001-05]

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000

[Nova Esperança do Piriá-Pará]

Nova Esperança do Piriá/Pá.

Avenida São Pedro, 752, centro Nova Esperança do Piriá/PA, CEP. 68618-000
CNPJ 84.263.862/0001-05 Fone Fax (91) 98605-8530



SUMÁRIO

1. Lei Municipal 350/2025

2. Anexos da LDO

3. 1. Anexos de Metas e Prioridades

3.2 Anexos de Metas Fiscais

3.2.1. Anexo I Anexos de Metas Anuais

3.2.2. Anexo II Avaliação do Cumprimento das Metas

3.2.3. Anexo III Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores.

3.2.4. Anexo IV Evolução do Patrimônio Líquido

3.2.5. Anexo V Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

3.2.6. Anexo VII Estimativa e Compensação de Renúncia de Receita

3.2.7. Anexo VIII Margens de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

3.3. Anexo de Riscos Fiscais

3.3.1. Anexo I - Anexo de Riscos Fiscais e Providências

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará



LEI MUNICIPAL N.º 350/25, DE 15 DE JULHO DE 2025

84.263.862/0001-05

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A senhora **ALCINEIA DO SOCORRO CARMO DOS SANTOS**, Prefeita Municipal de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ: faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ aprovou e eu sancionei a seguinte Lei

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Artigo 165 § 2º da Constituição Federal e em atendimento às disposições da Lei Complementar nº. 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ para o exercício financeiro de 2026, compreendendo:

- I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2026;
- II. Orientação básica para elaboração da lei orçamentária anual
- III. As diretrizes gerais para a elaboração e execução do Orçamento Anual do Município de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ,
- IV Condições e exigências para transferência de recursos a entidades privadas
- IV. Créditos Adicionais Suplementares e Especiais
- V. As disposições relativas às despesas do município com pessoal e modernização da legislação de recursos humanos;
- VI. As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município de NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ;
- VII. Os anexos de metas fiscais e de riscos fiscais de conformidade com a Lei Complementar nº 101 e com a Portaria STN/MF 699/2023 de 07 de JULHO de 2023 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que aprovou a 14ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. O Poder Público municipal terá como prioridades à redução das desigualdades sociais e a elevação da qualidade de vida, balizada no desenvolvimento sustentável e na gestão fiscal responsável dos recursos públicos do município.



§ 1º. As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 que trata o caput deste artigo, excepcionalmente no exercício corrente será encaminhado junto ao Plano Plurianual (PPA) 2026/2029.

§ 2º. A definição e a execução da programação de trabalho deverão observar, além das metas e prioridades da Administração pública municipal estabelecida no caput deste artigo, as seguintes diretrizes:

- I. Equilíbrio entre receitas e despesas;
- II. Interação e convergência das políticas municipais destinadas à promoção de emprego e renda, à promoção e proteção social e de gestão pública;
- III. Fortalecimento da cooperação entre governo e sociedade;
- IV. Formação de parcerias com o governo estadual e federal através da celebração de convênios, prioritariamente nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e ações de geração de emprego e renda;
- V. Articulação e parcerias com instituições privadas e organizações não governamentais (ONGs) e organismos internacionais,
- VI. Garantir a responsabilidade fiscal, ampliando a eficiência tributária e o controle sobre os gastos públicos,
- VII. Promover a melhoria da eficiência e aumentar transparência nos atos de gestão do município,
- VIII. Valorização e respeito ao servidor público municipal, mediante implementação de programas de qualificação, aperfeiçoamento e melhoria salarial;
- IX. Promover concurso público para investidura nos quadros de servidores públicos municipais,
- X. Proteção Social de Crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade,
- XI. Garantir apoio financeiro para aquisição e distribuição de kits escolares, uniformes e transporte escolar nas comunidades rurais.
- XII. Promoção do desenvolvimento social, combater a fome e a miséria, promovendo a assistência e a segurança alimentar e nutricional com a valorização da cultura alimentar paraense,
- XIII. Promoção ao acesso universal e de qualidade aos serviços de saúde pública, garantindo



os investimentos necessários aos serviços de atenção básica de saúde, bem como os atendimentos de média e alta complexidade,

XIV. Redução do déficit habitacional e promover a regularização das propriedades urbanas e rurais do município,

XV. Melhorar o acesso da população ao saneamento básico (água potável, esgotamento sanitário e destinação do lixo)

XVI. Valorização do esporte e lazer como meio de melhorias de qualidade de vida da população de Nova Esperança do Piriá;

XVII. Ampliar o acesso à inclusão digital como ferramenta de cidadania e inclusão social,

XVIII. Combater às desigualdades sociais, a violência e promover a garantia dos direitos humanos com atendimento especial aos grupos vulneráveis aos riscos de discriminação e marginalização social,

XIX. Combater o trabalho infantil, a exploração sexual infanto-juvenil e o trabalho escravo no meio rural e nos centros urbanos,

XX. Criar e apoiar políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência e pessoas com Transtorno de Espectro Autista – TEA, incluindo centros de apoio, capacitação de profissionais e atendimento especializado.

XXI. Implantar programas e ações educacionais e de saúde, visando minimizar e coibir situações de gravidez na adolescência, bem como, implementar atividades que concorram para permanência nas escolas, implantação de novos BSF (Bases de Serviços Funcionais) nos bairros e agrovilas, e aquisição de medicamentos controlados – Tarja preta.

XXII. Fortalecer o Sistema de Controle Interno;

XXIII. Prever recursos para aquisição de equipamentos e implementos agrícolas para associações e cooperativas da agricultura familiar.

XXIV. Melhorar as condições de tráfegos nas estradas vicinais e vias públicas do município,

XXV. Apoiar financeiramente com recursos identificados no orçamento, manifestações culturais, religiosas e sociais no combate à fome e à violência.

§ 3º. Na destinação de recursos financeiros relativos a programas e ações sociais, será conferida prioridade às áreas de saúde e educação, conforme determinam o inciso II, do § 2º, do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal.



CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. A Lei Orçamentária Anual garantirá o equilíbrio entre receita e despesa e compreenderá o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social:

I. O Orçamento Fiscal refere-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

II. O Orçamento da Seguridade Social: abrange os fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta Indireta, e compreenderão as dotações destinadas a atender às ações vinculadas à Saúde, Assistência Social e Previdência Social;

Art. 4º. As categorias de programação de que trata esta Lei, serão identificadas, por órgão, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, projetos, atividades e operações especiais de acordo com as codificações da Portaria SOF n.º 42/1999, da Portaria interministerial STN/SOF n.º 163/2001, Portaria Conjunta STN/SOF/ME n.º 23/2023, 10ª ed. Mcasp; Portaria STN 1.568/2023 que Aprova a Parte Geral e as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025.

§1º. para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, sendo mensurado pelo por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais,

III – Procedimentos Contábeis Específicos,

IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e

V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 10ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2022-2025.

§1º. para efeito desta Lei, entende-se por:

I. Programa: instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, sendo mensurado pelo por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II. Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de realizações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre



para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo municipal;

III. Atividade: instrumento de programação envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente para alcançar os objetivos de um projeto e/ou programa, necessários à manutenção da ação de governo;

IV. Operação especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V. Órgão Orçamentário: maior nível de classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;

VI. Unidade Orçamentária: menor nível de classificação institucional

VII. Concedente: órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII. Conveniente: São as entidades da Administração Pública Municipal e as entidades privadas, as quais recebem transferências financeiras, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

§ 2º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a denominação de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização das ações.

§ 3º. Os programas poderão ser desdobrados em subtítulos exclusivamente para especificar a localização física ou execução parcial das respectivas ações e metas, não podendo haver alteração da finalidade e da denominação dos mesmos.

Art. 5º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por órgão, unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador do uso e os grupos de despesa conforme a seguir discriminado:

I. Grupo 1 - Pessoal e encargos sociais;

II. Grupo 2 - Juros e encargos da dívida;

III. Grupo 3 - Outras despesas correntes;

IV. Grupo 4 – Investimentos;



V. Grupo 5 - Inversões financeiras;

VI. Grupo 6 - Amortização da dívida;

§ 1º. O Poder Executivo poderá incluir na classificação orçamentária da despesa o indicador de uso para evidenciar os recursos orçamentários componentes de contrapartida a convênios e outros instrumentos congêneres, além das especificações constantes do caput deste artigo.

§ 2º. Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, nos moldes do artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163 de 4 de maio de 2001.

§ 3º. Na modalidade de aplicação, será observada no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União – 20

II - Transferências a Estados e ao Distrito Federal 30

III - Transferências a Municípios – 40

IV - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50

V - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos – 60

VI - Execução de Contrato de Parceria Público Privada – PPP - 67

VII - Transferências a Instituições Multigovernamentais – 70

VIII – Transferências a Consórcios Públicos - 71

IX – Execução orçamentárias delegadas a Consórcios Públicos – 72

X-Transferências ao Exterior – 80

XI - Aplicações Diretas – 90

XII – Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade sociais - 91.

XIII- Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da Seguridade sociais de consórcio na quais o ente participe - 92.

XIV - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do



orçamento fiscal e da Seguridade sociais em consórcio nos quais o ente não participe - 93.

XV- A Definir, no caso da Reserva de Contingência – 99.

Art. 6º. São fontes de recursos do Orçamento Fiscal:

I. Receitas de Imposto, Taxa e Contribuição de Melhoria

II. Receitas de Contribuições;

III. Receita Patrimonial;

IV. Receita Agropecuária;

V. Receita Industrial;

VI. Receitas de Serviços;

VII. Transferências Correntes;

VIII. Outras Receitas Correntes;

IX. Operações de Crédito;

X. Alienação de Bens;

XI. Amortização de Empréstimos;

XII. Transferências de Capital;

XIII. Outras receitas de Capital;

Art. 7º. São fontes do Orçamento da Seguridade Social, os recursos provenientes de:

I. Contribuições sociais dos servidores públicos e as obrigações patronais da administração pública e outras que vierem a ser criadas por lei

II. Receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que atuam nas áreas de saúde, previdência e assistência social;

III. Transferências efetuadas por meio do Sistema Único de Saúde –SUS;

IV. Transferências do Orçamento Fiscal, por meio da receita resultante de impostos, conforme



alterações estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 29 de 13 de dezembro de 2000, nos artigos nº 34 e o inciso III do artigo 35 e inciso IV do artigo 167 e ainda de conformidade com o disposto no artigo 198 da Constituição Federal de 1988;

V. Outras fontes vinculadas à seguridade social;

Art. 8º. Lei Orçamentária Anual discriminará em categorias de programação específicas, e as dotações destinadas:

I. Às ações descentralizadas de saúde, educação e assistência social;

II. Ao atendimento de ações de alimentação escolar;

III. Ao pagamento de precatórios judiciais;

IV. Ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado considerado de pequeno valor;

V. Às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;

VI. Ao atendimento das operações relativas à dívida do município, se couber;

VII. De despesas de natureza complementar a servidores públicos municipais, como auxílio alimentação, auxílio doença, assistência médica e odontológica;

Parágrafo Único. A inclusão de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas de que trata o inciso VII deste artigo, fica condicionada à informação do número de beneficiados em cada tipo de benefício.

Art. 9º. O projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2026 será encaminhado ao Poder Legislativo até 15 de Outubro de 2025, conforme art. 144, Incisos III, da Lei Orgânica do Município, devendo ser devolvido para sanção do Prefeito Municipal até última sessão do 2º período do exercício de 2025.

§ 1º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo Municipal observará, além das disposições constitucionais e legais, o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº. 101 de 2000, constituindo-se de:

I. Mensagem;

II. O texto da Lei;

III. Quadro orçamentário consolidado;

IV. Anexos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na



forma definida nesta Lei, evidenciando a estrutura de financiamento e o programa de trabalho por unidade orçamentária;

V. Anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165 § 5º inciso II da Constituição Federal;

§ 2º. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementares referenciados no artigo 22, inciso III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I. Evolução da receita do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas;

II. Evolução da despesa do Tesouro Municipal, segundo as categorias econômicas e elementos de despesa;

III. Resumo das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e origem dos recursos;

IV. Resumo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica e elemento de despesa;

V. Receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VI. Receita do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de acordo com a classificação constante do Anexo III da Lei nº 4.320, de 1964, e suas alterações;

VII. Despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo Poder e órgão, por elemento de despesa e fonte de recurso;

VIII. Despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, segundo a Função, Subfunção, Programa, Ação ou Projeto, Atividades e elemento de despesa;

IX. Recursos do Tesouro Municipal, diretamente arrecadados, no orçamento fiscal e da seguridade social;

X. Resumo das fontes de financiamentos por categoria econômica e grupos de despesa.

§ 3º. Para efeito de Controle de Custos dos Programas, a serem financiados com recursos do orçamento, deverão ser elaborados Projetos Executivos detalhando a estrutura de custos em cronograma de execução físico financeira e cronograma de desembolso.

§ 4º. Os cronogramas de que trata o parágrafo anterior constituem os instrumentos de



avaliação e controle da execução física e financeira, dos programas previstos na Lei do Plano Plurianual – PPA.

Art. 10. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I. Análise da situação socioeconômica do município e financeira da administração pública municipal, com indicação das perspectivas para 2026 e suas implicações sobre a proposta orçamentária;

II. Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa;

III. Demonstrativo da receita, segundo a origem dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social;

IV. Demonstrativo da aplicação de recursos na saúde e na educação, conforme determinam o inciso II, do § 2º, do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

§ 1º. O Poder Executivo disponibilizará até trinta (30) dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, podendo ser por meios eletrônicos, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:

I. Os recursos destinados a universalizar o ensino fundamental, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 60 do ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53 de 2006, detalhando fontes e valores por categoria de programação;

II. A evolução da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2025 e a estimada para 2026;

III. o demonstrativo da receita nos termos da art. 12 da Lei Complementar 101 de 2000, destacando-se os principais itens de:

a) Impostos;

b) Contribuições sociais;

c) Taxas; e

d) Concessões e permissões.

IV. A relação das ações que constituem despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar 101, de 2000;



§ 2º. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 3º. O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal os projetos de lei orçamentária e dos créditos adicionais, sempre que possível, em meio eletrônico com sua despesa por setor e discriminada, no caso do projeto de lei orçamentária, por elementos de despesa;

Art. 11. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 30 de julho de 2025, suas respectivas propostas orçamentária, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidas nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 12. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

Art. 13. O Poder executivo mediante prévia autorização do Poder Legislativo, poderá proceder a criação e alteração da modalidade de aplicação, nos procedimentos orçamentários, técnicos e contábeis em atendimento à legislação vigente.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E

A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 14. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo Único A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2026 deverá observar os parâmetros adotados no Plano Plurianual (PPA);

Art. 15. No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçadas segundos os preços vigentes no mês de Agosto de 2025.

§ 1º. Os valores expressos na forma deste artigo poderão ser corrigidos na Lei Orçamentária de 2026 segundo a variação de preços, observada no período compreendido entre os meses de agosto a dezembro de 2025.

§ 2º. A aplicação da correção prevista no § 1º deste artigo será efetuada através de ato do Chefe do Poder Executivo, explicitando o índice oficial adotado.

Art. 16. O Projeto de Lei Orçamentária Anual, incluirá dispositivo autorizando o Poder Executivo a atualizar periodicamente, durante a execução orçamentária, os saldos das dotações orçamentárias, mediante a utilização de índice relativo a preços.



Art. 17. O Poder Executivo mediante prévia autorização do Poder Legislativo, poderá:

I. Abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento) da despesa no orçamento corrigida, inclusive com a abertura de nova classificação por natureza de despesa e inclusão de fonte de recurso.

a) Para atender a insuficiência de dotações orçamentárias, com recursos resultantes do excesso de arrecadação, nos termos do Art. 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de março de 1964;

b) Utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, nos termos do inciso I, parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

II. Abrir créditos adicionais suplementares pelo valor do seu excesso de arrecadação, às dotações referentes a:

a) recursos provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS e suas aplicações financeiras;

b) recursos provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e de suas aplicações financeiras;

c) recursos provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e de suas aplicações financeiras;

d) receitas resultantes de impostos vinculados à educação e a saúde;

e) recursos provenientes de Convênio com a União e seus órgãos da administração direta e indireta;

f) recursos provenientes de Convênio com o Estado e seus órgãos da administração direta e indireta;

g) recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

III. Abrir crédito adicional suplementar, mediante o remanejamento parcial ou total de recursos inter e intra grupos de contas, no âmbito de cada projeto ou atividade, a que pertencem;

IV. Abrir crédito adicional suplementar para atendimento de despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, mediante a utilização de recursos provenientes da reserva de contingência,



Art. 18. Não Onerarão o limite previsto no Inciso I do artigo anterior, os créditos:

I. Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% (nove por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta lei.

II. Os abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 19. Havendo alteração, por ato da esfera federal, nos códigos da classificação da receita e da despesa, fica o Poder Executivo autorizado a compatibilizar os códigos dos Orçamentos vigentes até mesmo com a criação de elementos de despesa.

Parágrafo Único A compatibilização da codificação prevista neste artigo será efetuada através de ato do Poder Executivo.

Art. 20. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 21. Na programação da despesa não poderá ser:

I. Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II. Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III. Incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvadas os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal.

Art. 22 Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, observados o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente incluirão projetos ou subtítulos de projetos novos se:

I. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento;

II. Os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou obtenção de uma unidade completa.

Parágrafo Único: Para fins de aplicação do disposto neste artigo, não serão considerados



projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores e serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira até 30 de junho de 2025, ultrapassar vinte por cento (20%) do seu custo total.

Art. 23. O Poder Executivo mediante prévia autorização do Poder Legislativo, poderá:

I. Transpor, remanejar, transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal.

Parágrafo Único: Na transposição, remanejamento ou transferência que trata o item I do artigo 23 poderá haver ajuste na Categoria de programação, inclusive com a inclusão de elementos de despesas e fonte de recurso.

Art. 24. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades, exceto se comprovado documentalmente erro na alocação desses recursos.

Parágrafo Único: Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original.

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS PÚBLICOS A ENTIDADES PRIVADAS

Art. 25. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições, auxílios e subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Pesquisa.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão obedecer ao disposto na legislação vigente na época.

§ 2º. É vedada, ainda a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais ou auxílio, destinados culto religiosos, nos termos do artigo 19 da Constituição Federal.

§ 3º. As transferências de recursos às entidades do 3º Setor (organização da sociedade Civil), serão efetuados obedecendo o disposto na Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que disciplina os repasses de recursos entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para execução de finalidades de interesse público.



Art. 26. As parcerias firmadas entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos que demande transferências de recurso, utilizarão os instrumentos: Termo de Colaboração para as parcerias proposta pela Administração Pública e o Termo de Fomento quando proposta pela entidade privada. Para as parcerias que não envolva transferências de recursos o instrumento utilizado e Acordo de Cooperação, devendo ser observada as condições impostas pela Lei Federal 13.019/2014 e sua alteração posterior.

Parágrafo Único: Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na lei orçamentária e sua execução, dependerão ainda, de:

- I. Autorização por lei específica, conforme determina o artigo 26 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II. Publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;
- III. Destinação dos recursos exclusivamente para ampliação, aquisição de equipamentos e sua instalação e de material permanente;
- IV. Identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

Art. 27. Para fins do disposto nos artigos 24 e 25, entende-se por:

- I. Contribuições: dotações destinadas a atender despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsadas pelo beneficiado, bem como as destinadas a atender outras entidades de direito público ou privado, observadas, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II. Subvenções sociais: dotações destinadas a atender despesas de instituições privadas sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural ou assistencial, inclusive as de assistência à saúde e à segurança alimentar;
- III. Auxílios: dotações destinadas a atender despesas de investimentos e inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos;

Art. 28. A Administração Pública Municipal fica autorizada a destinar recursos para diretamente ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas, comprovadamente carentes, por meio de outros auxílios financeiros a pessoas ou material de distribuição gratuita, conforme legislação vigente na época do repasse;

Parágrafo Único: Para fins do disposto neste artigo entende-se por:



I. auxílio financeiro a pessoas físicas: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoa física, sob diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens;

II. material de distribuição gratuita: dotações destinadas a atender despesas com aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como material didático, inclusive livros, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

CAPÍTULO V

DOS CREDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E ESPECIAIS

Art. 29. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais e suplementares, serão apresentados com o detalhamento estabelecido na lei orçamentária.

§ 1º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades e dos projetos.

§ 2º. Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional ou suplementar.

Art. 30. As receitas próprias da administração pública indireta, bem como das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder público e demais órgãos que recebam recursos financeiros à conta do orçamento do Município, serão programadas para atender à seguinte ordem de prioridades:

- a) Pessoal; Encargos sociais;
- b) Juros;
- c) Encargos e amortização da dívida;
- d) Contrapartida de financiamento;
- e) Investimentos prioritários e outros de sua manutenção;

Art. 31. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá obedecer ao limite imposto pelo art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 32. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária que o modifiquem, somente poderão ser aprovadas nos casos previstos pela Lei Orgânica Municipal e apresente adequação com o Plano Plurianual - PPA 2026/2029.



Art. 33. É vedado emendas ao projeto de lei orçamentária, que visem a:

I. alterar a dotação solicitada para despesas de custeio, salvo quando provada, nesse ponto a inexatidão da proposta;

II. Que não estejam compatíveis com o PPA

III. Conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competente;

IV. Conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviços que não esteja anteriormente criado;

Art. 34. As despesas do município com a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, não poderão ser inferior a vinte e cinco por cento (25%) da receita com impostos, compreendida a proveniente de transferências resultantes de impostos, conforme determina o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 35. Deverá constar nos orçamentos fiscais e da seguridade social, dotação global sob a denominação de "Reserva de Contingência", que será utilizada conforme estabelecido na alínea b. do inciso III, art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei nº 101/2000.

§ 1º. A Reserva de Contingência participará em até três por cento (3%) do total da receita corrente líquida e será utilizada como fonte compensatória para abertura de créditos adicionais e conforme o estabelecido na alínea b, do inciso III, do artigo 5º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

§ 2º. Durante a execução orçamentária, na medida em que a situação posta no Anexo de Riscos Fica deixem a condição de risco ao equilíbrio das contas públicas, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o valor da Reserva de Contingência para investimentos.

Art. 36. Verificada, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, previstas no Anexo de metas fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, observando:

I. A proporcionalidade de participação de cada um na receita orçamentária líquida;

II. O comportamento dos recursos legalmente vinculados a finalidade específica

III. O comportamento dos limites dos gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e vinculação à educação e à saúde;



IV. As contrapartidas municipais a convênios firmados; e.

V. A garantia do cumprimento das despesas:

- a) Com manutenção da máquina administrativa municipal;
- b) Correntes obrigatórias de caráter continuado; e.
- c) Decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Art. 37. A criação, a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental do município que acarrete aumento de despesas fica condicionado:

I. À apresentação de declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária anual e compatibiliza-se com o Plano Plurianual 2026/2029 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026

II. à indicação da origem dos recursos para seu custeio e da estimativa prevista no Art. 16 inciso I da Lei Complementar nº 101/2000

III. a não afetação das metas fiscais, conforme estabelece o § 2º do Art. 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 38. Para assegurar a aferição dos valores, constitucionalmente, destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e às ações e serviços de saúde, o Poder Legislativo comunicará, no mês de competência, os valores referentes ao Imposto de Renda retido na fonte.

Art. 39. Observados os limites globais de empenho e a suficiência de disponibilidade de caixa serão inscritos em Restos a Pagar:

I. Despesas legalmente empenhadas e liquidadas; e.

II. Despesas empenhadas e não liquidadas que correspondam a compromissos efetivamente assumidos em virtude de:

- a) Normas legais e contratos administrativos; e
- b) Convênio, ajuste, acordo ou congênere, com outro ente da federação, já assinado, publicado e em andamento.

Parágrafo Único: Considera-se em andamento o convênio, ajuste, acordo ou congênere cujo objeto esteja sendo alcançado no todo ou em parte.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL



Art. 40. No exercício de 2026, as despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas do município, observarão o limite estabelecido no inciso III, do artigo 19, no inciso III, do artigo 20 e no parágrafo único, do artigo 22, da Lei Complementar nº. 101/2000 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º. O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato próprio do Presidente da Câmara.

§ 2º. A repartição do limite global não excederá os seguintes percentuais:

I. Poder Executivo – 54%

II. Poder Legislativo – 6%

§ 3º. No exercício de 2026, em observação ao disposto nos artigos 37 e 169 da Constituição Federal, somente poderão ser contratados servidores públicos se for:

I. Mediante concursos público;

II. Observado o limite previsto no caput deste artigo;

§ 4º. Excetua-se do disposto no parágrafo anterior, as nomeações para cargos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, bem como a contratação por tempo determinado, de pessoal técnico especializado, a fim de atender necessidades temporárias da administração.

§ 5º. Fica o Poder Executivo, mediante Lei específica, autorizado a criar cargos de provimento efetivo ou alterar a estrutura de carreira, bem como admitir pessoal, observando o disposto no caput deste artigo e em seus parágrafos e incisos.

§ 6º. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º inciso II, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, correção e/ou atualização dos salários dos servidores municipais, desde que obedeçam as exigências impostas nos incisos e parágrafos do art. 40, limites e o montante de gastos com pessoal não ultrapasse os limites estabelecidos no inciso III dos Art. 19 e inciso III, alíneas a e b do Art. 20 Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

§ 7º. A verificação do cumprimento dos limites de gastos com pessoal, de que trata o artigo anterior em respeito ao disposto nos artigos 19 e 20 da Lei 101/2000, será feita no final de cada quadrimestre, conforme determina o art. 22 da referida Lei.

§ 8º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar o limite estabelecido no art. 19 da Lei Complementar nº. 101/2000 serão adotadas as medidas que trata o parágrafo único do artigo



22 da Lei Complementar 101/2000 e os parágrafos 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal.

Art. 41. Se durante o exercício de 2026 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art.22 da Lei Complementar 101/2000, o pagamento da realização de serviços extraordinários ou horas extras somente poderá ocorrer quando destinadas ao atendimento de relevantes interesses públicos, que enseje situações emergenciais de riscos ou de prejuízos para a sociedade.

Parágrafo Único À autorização para realização de serviços extraordinários, para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder executivo é de exclusiva competência da Prefeita Municipal e do Legislativo do Presidente da Câmara Municipal.

Art. 42. Para efeito de verificação do limite global de que trata o artigo anterior os Poderes Executivo e Legislativo realizarão, conjuntamente, a compatibilização de suas respectivas propostas orçamentárias, visando à consolidação total das despesas do município com pessoal.

Art. 43. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores, não poderá ultrapassar a cinco por cento (5%) da receita total do município, conforme determina o inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal:

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 44. O Poder Executivo deverá encaminhar a Câmara Municipal, em até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro, projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, objetivando a expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias e melhoramento na administração da Dívida Ativa, dentre as quais:

I. aperfeiçoamento do sistema de informação, tramitação e julgamento dos processos tributários administrativos, visando racionalização, simplificação e agilização.

II. aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando sua maior exatidão;

III. aperfeiçoamento dos processos tributários administrativos por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação dos serviços;

IV. aplicação das penalidades fiscais como instrumentos inibitórios da prática de infração da legislação tributária.

Art. 45. A estimativa da receita que trata o artigo 44, levará em consideração adicionalmente o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I. atualização da planta genérica de valores do município;



II. revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III. revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição com os limites da zona urbana municipal;

IV. revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN

V. revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direito Reais sobre Imóveis – ITBI;

VI. instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII. revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do Poder de Polícia;

VIII. revisão e instituição de isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX. Eliminação de isenções de tributos concedidas pelo município, a beneficiários cujas situações atuais não justifiquem tais concessões.

X. a instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Parágrafo Único. A proposta de alteração da política tributária referido no caput deste artigo será acompanhada de exposição de motivos que detalhe as alterações pretendidas, especificando:

I. As alterações pretendidas e as classes ou categorias de beneficiários;

II. A metodologia para sua realização;

III. O impacto consequente sobre a receita do município;

IV. A programação especial da despesa condicionada ao incremento da receita resultante das alterações.

Art. 46. A concessão ou ampliação de incentivos, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto nas finanças públicas municipais, assim como das medidas de compensação previstas na Lei Complementar 101/2000.



se as disposições do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Parágrafo Único. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, são consideradas como irrelevantes as despesas de valor de até R\$ 62.725,59 (Sessenta e dois mil e setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de aquisição de bens de serviços, e de até R\$ 125.451,15 (Cento e vinte cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 52. A proposição de dispositivo legal para a criação de órgãos, fundos, programas especiais ou similares, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101 de 2000.

Art. 53. Todas as receitas realizadas pelos órgãos municipais, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no caixa único da Prefeitura no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 54. Serão vedados quaisquer procedimentos de dirigentes de órgãos municipais ordenadores de despesa que impliquem realização de despesa sem a comprovada suficiência da disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário financeira efetivamente ocorrido, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 55. Caso seja necessário à limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, o Poder Executivo comunicará ao Poder legislativo e aos demais órgãos municipais o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 56. Para fins de acompanhamento e controle, os órgãos da administração pública municipal, direta e indireta, submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Assessoria Jurídica do Município, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações a serem baixadas por aquela unidade.

Art. 57. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas dos Municípios, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 58. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
Gabinete da Prefeita



Gabinete da Prefeita de Nova Esperança do Piriá, 15 de julho de 2025

Assinatura

Alcineia do Socorro Carmo dos Santos
Prefeita Municipal

Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficial

Publicado no dia 08 de setembro de 2025, por:

Assinatura
Jose Alkmem Correa Lima
Publicador, Portaria 001/25

Jose Alkmem Correa Lima
Doc. Oficial

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará

Avenida São Pedro, 752, centro Nova Esperança do Piriá/PA, CEP. 68618-000
CNPJ 84.263.862/0001-05 Fone Fax (91) 98605-8530

ANEXO I

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

[84.263.862/0001-05]
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
[Nova Esperança do Piriá-Pará]

Assinatura
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficial



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
2026
(ENCAMINHADO JUNTO AO PPA 2026-2029)

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará

Alcância do Socorro C. dos Santos
Alcância do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficial



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
CNPJ Nº84.263.862/0001-05



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

I - METAS ANUAIS

2026

AMF – Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1.00

ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	156.403.680,00	149.697.243,49	42,47	102,15	172.044.048,00	165.426.969,23	45,37	102,62	189.248.452,80	182.355.418,00	48,35	102,84
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	153.596.530,00	147.010.461,33	41,70	100,32	168.956.183,00	162.457.868,27	44,55	100,78	185.851.801,30	179.082.483,43	47,48	100,99
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	156.041.430,00	149.350.526,42	42,37	101,91	171.645.573,00	165.043.820,19	45,26	102,38	188.810.130,30	181.933.060,61	48,24	102,60
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	154.953.415,00	148.309.164,43	42,07	101,20	170.448.756,50	163.893.035,10	44,95	101,67	187.493.632,15	180.664.513,54	47,90	101,88
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	(1.356.885,00)	(1.298.703,10)	(0,37)	(0,89)	(1.492.573,50)	(1.435.166,83)	(0,39)	(0,89)	(1.641.830,85)	(1.582.030,11)	(0,42)	(0,89)
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	(1.356.885,00)	(1.298.703,10)	(0,37)	(0,89)	(1.492.573,50)	(1.435.166,83)	(0,39)	(0,89)	(1.641.830,85)	(1.582.030,11)	(0,42)	(0,89)
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.437.500,00	1.375.861,41	0,39	0,94	1.581.250,00	1.520.432,69	0,42	0,94	1.739.375,00	1.676.021,39	0,44	0,95
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	253.733,47	242.853,63	0,07	0,17	279.106,82	268.371,94	0,07	0,17	307.017,50	295.834,94	0,08	0,17
Resultado Nominal (SEM RPPS) – Abaixo da linha	(33.095,67)	(31.676,56)	(0,01)	(0,02)	(25.373,35)	(24.397,45)	(0,01)	(0,02)	(27.910,68)	(26.894,09)	(0,01)	(0,02)

Fonte: /Relatórios da LRF

Assinatura
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficiais

ANEXO DE METAS FISCAIS

Alcineia do Socorro C. dos Santos
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficiais



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
CNPJ Nº84.263.862/0001-05



Nova Esperança do Piriá
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2026

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
									Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	146.355.218,50	44,40	102,38	117.536.286,82	35,66	101,11			(28.818.931,68)	(19,69)
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	144.374.018,50	43,80	100,99	116.620.997,61	35,38	100,32			(27.753.020,89)	(19,22)
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	146.055.218,50	44,31	102,17	118.445.786,29	35,94	101,89			(27.609.432,21)	(18,90)
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	145.154.218,50	44,04	101,54	117.227.549,89	35,57	100,84			(27.926.668,61)	(19,24)
Resultado Primário (SEM RPPS) – Acima da linha (V) = (I – II)	(780.200,00)	(0,24)	(0,55)	(606.552,28)	(0,18)	(0,52)			173.647,72	(22,26)
Resultado Primário (COM RPPS) – Acima da linha (VI) = (V) + (III – IV)	(780.200,00)	(0,24)	(0,55)	(606.552,28)	(0,18)	(0,52)			173.647,72	(22,26)
Dívida Pública Consolidada (DC)	-	-	-	956.122,83	0,29	0,82			956.122,83	-
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-	-	-	(477.346,42)	(0,14)	(0,41)			(477.346,42)	-
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-	-	-	956.122,83	0,29	0,82			956.122,83	-

Fonte: / Relatórios da LRF

Assinada
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficial



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
CNPJ Nº84.263.862/0001-05



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										1.00
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	97.777.947,66	117.536.286,82	20,21	136.003.200,00	15,71	156.403.680,00	15,00	172.044.048,00	10,00	189.248.452,80	10,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	96.023.598,84	116.620.997,61	21,45	133.562.200,00	14,53	153.596.530,00	15,00	168.956.183,00	10,00	185.851.801,30	10,00
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	113.404.540,87	118.445.786,29	4,45	135.688.200,00	14,56	156.041.430,00	15,00	171.645.573,00	10,00	188.810.130,30	10,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	112.747.077,15	117.227.549,89	3,97	134.742.100,00	14,94	154.953.415,00	15,00	170.448.756,50	10,00	187.493.632,15	10,00
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I - II)	(16.723.478,31)	(606.552,28)	(96,37)	(1.179.900,00)	94,53	(1.356.885,00)	15,00	(1.492.573,50)	10,00	(1.641.830,85)	10,00
Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(16.723.478,31)	(606.552,28)	(96,37)	(1.179.900,00)	94,53	(1.356.885,00)	15,00	(1.492.573,50)	10,00	(1.641.830,85)	10,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	1.024.359,23	956.122,83	(6,66)	1.250.000,00	30,74	1.437.500,00	15,00	1.581.250,00	10,00	1.739.375,00	10,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(1.606.159,70)	(477.346,42)	(70,28)	220.637,80	(146,22)	253.733,47	15,00	279.106,82	10,00	307.017,50	10,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(9.421.734,91)	477.346,42	(105,07)	(697.984,22)	(246,22)	(33.095,67)	(95,26)	(25.373,35)	(23,33)	(27.910,68)	10,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	92.426.455,87	112.170.849,78	21,31	128.717.773,99	14,80	149.697.243,49	16,30	165.426.969,23	10,51	182.355.418,00	10,23
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	90.768.124,44	111.247.732,15	22,56	126.407.533,60	13,63	147.010.461,33	16,30	162.457.868,27	10,51	179.082.483,43	10,23
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	107.197.738,89	112.988.444,42	5,40	128.419.647,93	13,66	149.350.526,42	16,30	165.043.820,19	10,51	181.933.060,61	10,23
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	106.576.308,87	111.876.337,78	4,93	127.524.228,66	14,04	148.309.164,43	16,30	163.893.035,10	10,51	180.664.513,54	10,23
Resultado Primário (SEM RPPS) Acima da Linha (V) = (I - II)	(15.808.184,43)	(578.605,63)	(96,34)	(1.116.695,06)	93,00	(1.298.703,10)	16,30	(1.435.166,83)	10,51	(1.582.030,11)	10,23
Resultado Primário (COM RPPS) Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(15.808.184,43)	(578.605,63)	(96,34)	(1.116.695,06)	93,00	(1.298.703,10)	16,30	(1.435.166,83)	10,51	(1.582.030,11)	10,23
Dívida Pública Consolidada (DC)	968.294,95	912.069,86	(5,81)	1.183.039,94	29,71	1.375.861,41	16,30	1.520.432,69	10,51	1.676.021,39	10,23
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(1.518.252,86)	(455.352,88)	(70,01)	208.818,66	(145,86)	242.853,63	16,30	268.371,94	10,51	295.834,94	10,23
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(8.906.073,27)	455.352,88	(105,11)	(660.594,57)	(245,07)	(31.676,56)	(95,20)	(24.397,45)	(22,98)	(26.894,09)	10,23

Fonte: / Relatórios da LRF

Assinatura
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficiais



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
CNPJ Nº84.263.862/0001-05



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	29.771.569,66	100,00	18.679.899,90	100,00	19.634.913,08	100,00
TOTAL	29.771.569,66	100,00	18.679.899,90	100,00	19.634.913,08	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL						

Sem movimento

Fonte: Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Nova Esperança do Piriá. 07.04.2025, Site do Tribunal de Contas dos Municípios e Site do SICONFI



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
CNPJ Nº84.263.862/0001-05



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2023	2022	2021
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis			
Alienação de Bens Imóveis			
DESPESA			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO			
DESPESAS DE CAPITAL			
SALDO FINANCEIRO	2023	2022	2021
VALOR (III) = (I - II)			

Fonte: Unidade Responsável: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Nova Esperança do Piriás, 07.04.2025, Site do Tribunal de Contas dos Municípios e Site do SICONFI

Assinatura
Alineia do Socorro C. dos Santos
Secretaria Municipal
Oficiais



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
CNPJ Nº84.263.862/0001-05



ANEXO DE METAS FISCAIS

VII - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

2026

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art 4º, § 12º, inciso V)

R\$ 1,00

SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DA RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2026	2027		2028
Setor Empresarial	IPTU e ISSQN	167.000,00	190.000,00	220.000,00	1 - Fomento a instalação de novas empresas no município 2 - Atualização do cadastro de contribuintes
					3 – Criação do Setor de Dívida Ativa na Prefeitura
Setor Residencial	Tributos Municipais	100.000,00	120.000,00	150.000,00	1 – Criação do Setor de Dívida Ativa na Prefeitura.
					2 – Cobrança dos tributos devido dos últimos 5 anos
					3 – Implantação do Novo código Tributário Municipal
TOTAL		267.000,00	310.000,00	370.000,00	

Assinatura
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficiais



ANEXO DE METAS FISCAIS

**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO**

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, em seu § 2º, inciso V, do art. 4º, determina a inclusão, no Anexo de Metas Fiscais, do demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado (DOCC).

A exigência da estimativa das Metas Fiscais pela Lei de Responsabilidade Fiscal na LDO assegura que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento para sua integral cobertura.

O art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), considera despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente, derivada de lei, medida provisória ou atos administrativos normativos e fixos para o Estado a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios.

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2025, foi considerado como estimativa de acréscimo de receita, o crescimento da atividade econômica refletindo, principalmente, na arrecadação das receitas tributárias, com destaque para o ISSQN e o IRRF, bem como a transferência para o FUNDEB. Nessa apuração foi aplicada a taxa de crescimento esperada para o PIB Estadual, período 2026, de 3,50%, e a expectativa de inflação esperada para 2026 medida pelo IPCA de 3,50%, obtendo-se o montante de acréscimo de receita corrente de R\$ 5.708.176,00.

A margem líquida para expansão das despesas de caráter continuado, no valor de R\$ 408.176,00, foi calculada com base no acréscimo da receita corrente estimada para 2026 e a reestimativa de 2025, da projeção das despesas de caráter continuado, tais como: impacto do aumento do salário mínimo; aumento vegetativo na folha; cobertura de novos financiamentos; precatórios pendentes e os em tramitação e incorporação de despesas por força de mudanças na estrutura administrativa do Município.

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará

Assinatura
Alcineia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficial



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
Gabinete da Prefeita



AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita	3.708.176
(-) Aumento referente a transferências constitucionais	
(-) Aumento referente a transferências do FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	3.708.176
Redução Permanente de Despesa (II) 0,00	
Margem Bruta (III) = (I+II)	3.708.176
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.300.000
Novas DOCC	3.300.000
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	408.176

FONTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Nova Esperança do Piriá

O resultado é superavitário, conforme quadro o que garante financiar o funcionamento e a respectiva manutenção dos novos investimentos a serem instalados, garantindo dessa forma, a ampliação dos serviços públicos a serem prestados à população.

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará

Assinada
Alicia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Dea. Oficial



Poder Legislativo
Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá
Estado do Pará

[84.263.847/0001-59]

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ

Travessa de Dezembro, s/n
Vila Nova - CEP: 68.618-000

[Nova Esperança do Piriá-Pará]

CERTIDÃO DE TRAMITAÇÃO

Certifico para os devidos fins de direito que o Projeto de Lei Nº 007/2025 do Executivo – LDO 2026, foi protocolado na secretaria legislativa desta Casa de Leis, sob o nº 015, em 15/04/2025, e tramitou como rege o Regimento Interno, indo à Plenário, onde foi discutido e aprovado com alteração na Sessão Ordinária do dia 12/06/2025, conforme registro na Ata da referida sessão.

Por ser esta a expressão da verdade, data e assino a presente Certidão em duas vias de igual teor

Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá, 30 de junho de 2025.

Júlia Roselyz Nascimento Costa
Secretária Legislativa

Port. Nº 001/2025
Júlia Roselyz Nascimento Costa
Secretária Legislativa
Port.: Nº 001/2025-CMNEP

ma propostas. Em ato contínuo, a Presidente encorajou a ORDEM DO DIA e concedeu cinco minutos para as Considerações Finais. Manifestaram-se os Vereadores: Henderson Gonçalves, Manoel Vasconcelos e José Alberto. Neste momento a tratar, a Presidente convidou a todos para a próxima reunião e em nome de Deus e da Pátria declarou encerrada a sessão. O presente ata é a expressão da verdade e vai assinada pelos membros da Mesa Diretora e demais vereadores presentes.

CE

[Handwritten signature]

Câmara Mun. de Nova Esperança do Piria

Conforme com o original

30 de junho de 2025

Mania Eplaine Penna Meinelos

Francisca Kellyane Verrade Oliveira

Marcos Antonio

[Handwritten signature]
Júlia Rosely Nascimento Costa
Secretária Legislativa
Port.: Nº 001/2025-CMNEP

[84.263.847/0001-59]

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIA

Trav. 27 de Dezembro, s/n

Vila Nova - CEP: 68.618-000

[Nova Esperança do Piriá-Pará]

us, acompanhando do Parecer da CPTO 3PV07. Não havendo objeções a matéria foi colocada em votação sendo em seguida declarada aprovada por unanimidade sem alterações. Na sequência, foi colocada em discussão a Proposta de Emenda Modificativa do Relator da CPTO SPV5, sobre o Projeto de Lei N° 005/2025 do Executivo. Em discussão e não havendo objeções a Proposta de Emenda Modificativa foi declarada aprovada por unanimidade. Foi colocado em discussão o Projeto de Lei N° 005/2025 do Executivo que cria, delimita e denomina o Bairro Alvorada do Piteró. Não havendo objeções, a matéria foi colocada em votação sendo em seguida declarada aprovada por unanimidade considerando a alteração acima descrita. Seguindo, foi colocada em discussão a Proposta de Emenda Aditiva do Vereador Marcos Freitas ao Projeto de Lei N° 007/2025 - LDO 2026 do Executivo. Não havendo objeções a Proposta de Emenda Aditiva foi colocada em votação sendo em seguida declarada aprovada por unanimidade. Na sequência, foi colocada em discussão a Proposta de Emendas Modificativas e Aditivas do Relator da CPTO ao Projeto de Lei N° 007/2025 - LDO 2026 do Executivo, sobre a qual manifestaram-se os vereadores Manoel das Condições e Marcos Freitas. Em votação, a Proposta de Emendas Modificativas e Aditivas foi declarada aprovada por unanimidade. Em seguida, foi colocada em discussão o Projeto de Lei N° 007/2025 - LDO 2026. Não havendo objeções, a matéria foi colocada em votação sendo em seguida declarada aprovada por unanimidade, considerando as Emendas aci-

sem por falta de prazo que a prefeitura não tem condições de colocar para servir os agricultores. Acrescentou que dizendo isso não está criticando, nem falando mal, apenas vendo onde está o erro e celebrando por que se algum estranqueio do pelo, pois o marido da prefeita levou tudo para a secretaria de obras e deixou a agricultura sem nada. E isso não é bom. Disse que encorajaria suas palavras, porque quanto mais fala, mais aumenta sua raiva. Sem mais, agradeceu a oportunidade. Neste ato sendo que os demais inscrites dispensaram a palavra, a Presidente encerrou o Expediente do dia, e convocou a ORDEM DO DIA, solicitando a apresentação das matérias para discussão. Foi colocado o Projeto de Lei N.º 003/2025 do Executivo, que cria, delimita e denomina o Bairro Bela Vista, acompanhado de Parecer Favorável da Comissão Permanente de Tombamentos, Obras e Serviços Públicos, Viação, Urbanismo e Transporte. Em discussão e não havendo objeções, a matéria foi colocada em votação sendo em seguida declarada aprovada por unanimidade sem alterações. Em seguida, foi colocado em discussão o Projeto de Lei N.º 004/2025 do Executivo, que cria, delimita e denomina o Bairro Sol Nascente, acompanhado do Parecer da CPTOSVUT. Não havendo objeções, a matéria foi colocada em votação sendo em seguida declarada aprovada por unanimidade sem alterações. Na sequência, foi colocada em discussão o Projeto de Lei N.º 006/2025 do Executivo, que cria, delimita e denomina o Bairro do

agradeceu a oportunidade. Seguindo, foi passada a palavra ao vereador José Alberto que se dirigiu à tribuna onde agradeceu a Deus e cumprimentou a todos. Se dirigiu ao vereador Manoel dizendo que quando falou a respeito de seu deputado, não estava criticando o vereador estava apenas dizendo que nunca se deve colocar a política na frente, um benefício para a cidade. Pedindo um apelo, o vereador Manoel disse que não recebeu como crítica, apenas disse que independente de entrar emendas, a responsabilidade é da gestora municipal e não tira o direito de o vereador cobrar preocupação da gestora para com a agricultura familiar. Na oportunidade pediu que o responsável pela iluminação pública pudesse naquele dia, ir até a vila do Queimado colocar iluminação, visto que havia no próximo sábado um evento da Associação de Deus e a vila citada estava toda no escuro. Retomando a palavra o vereador José Alberto, disse que seu irmão está sendo secretário de agricultura, mas sabe que lá tem obras, mas não é por falta de cobranças. Disse que gostaria de chegar à tribuna para elogiar a prefeita, agradecer por ela estar prestando serviços para os agricultores com dois ou três tratores. Gostaria também que a secretária estivesse no secretariado de agricultura e não na secretaria de obras. Mas infelizmente, hoje não tem como elogiá-la, apenas cobrar. Disse que há um trator novo que a deputada Renilde Nicodemo deu para a Associação do Povo, que já está com mais de três meses de atraso de uma garra

do Posto RR em frente ao CRAS, pois é uma curva muito perigosa, visto os motociclistas que correm em desespero nesse perímetro. Fez um breve comentário a este respeito e acusou o senhor que fica triste por seus pedidos não serem atendidos, o que impede de apresentar projetos de lei. Mas, sempre tem sido a favor dos projetos de lei que vem da gestora municipal e quando é preciso apresenta emendas, o que é difícil, mas sempre aprova as emendas apresentadas pelos colegas, porque tem medo de apresentar emendas e estas serem rejeitadas e por isso perde a paciência com os outros colegas. Então para evitar essas situações prefere legislar sem esses pontos. Pediu que os vereadores tenham em mente que esta é uma casa de leis e nem tudo o que for feito aqui vai com limpa consciência da gestora. Acusou o senhor que com isso não está dizendo que é para ser contra a Prefeita, de maneira nenhuma, apenas que os projetos de lei devem ser discutidos com consciência para depois não haver arrependimentos, dizendo que está ou porque a Prefeita pediu, pois Alciméia Ferraz seria prefeita até 31 de dezembro de 2020, mas o nosso município não ficou, e o trabalho desta casa tem que prosseguir. Por isso é importante pensar muito no que vão votar. Fez menção à LDO que entrará em discussão sobre a qual o vereador Benedito Araújo apresentou Emendas, emendas estas que foram analisadas pela comissão. Teve um breve comentário a este respeito e sem mais

tantes reclamações sobre os dentistas, falta de anestesia, o que ocasiona falta de extração dentária. Sobre isso, disse que seria importante a comissão de saúde, e fazer vistoria nos postos de saúde dessa cidade, fiscalizar para estarem atualizados e cobrar com mais rigor. Floguen o secretário de saúde que correm como o secretário de educação sempre está a postos para atender as ligações dos vereadores. Neste sentido pediu que o secretário de saúde juntamente com a gestora, possam providenciar o uniforme da equipe de enfermeiros. Teve um breve comentário a este respeito. Acrescentou que espera que na próxima Terça-feira os nobres colegas vereadores estejam dispostos para fazer uma visita aos departamentos da saúde, começando pela rede e indo até o mais distante na zona rural. Disse que não fez indicação nessa casa, porque na gestão passada apresentou alguns pedidos: construção de quilbra molas e o asfaltamento em frente a Igreja Matriz, a construção do muro e a reforma do prédio do Conselho Tutelar, mas nunca foi atendido. Pedindo um aparte, o vereador Marcos Freitas disse que gostaria de reportar um pedido que foi feito sobre a providência de um terreno para instalação de um novo cemitério municipal na rede, visto que há muitos óbitos e não há mais lugar no cemitério local. Retomando a palavra o vereador Manoel disse que o prédio onde funciona o Conselho Tutelar está em uma situação triste, que inclusive o vereador Benedito Araújo fez também um pedido - já faz um tempo e nada aconteceu. Pediu que sejam providenciadas quilbra molas depois

veeu como solicitante, pediu que fosse encaminhado para novamente para o secretário citado, visto que há tramitando na casa um projeto aguardando votação que trata do meio ambiente. Teve mais algumas comentários a este respeito. Comentou sobre os trabalhos da secretaria de agricultura. Se dirige ao vereador José Alberto dizendo que se este quisesse poderia de novo dizer que seu deputado não mandou nada para a Pátria. Acrescentou que o vereador conhece a legislação política e sabe como esta funciona. Disse que quando se trata de responsabilidade do município fazem cobranças à gestão municipal porque realmente tem que cobrar da gestão. Disse que é louvável quando conseguem trazer emendas dos deputados que venham somar no município. Disse que espera que os vereadores entrem em consenso e façam uma visita à secretaria de agricultura e em breve também possam trazer o secretário até esta casa para prestar esclarecimentos sobre as problemáticas da secretaria citada. Fez menção à secretaria de saúde. Comentou sobre uma ação que estava acontecendo no município iniciada pela Deputada Federal Rídice Siqueira. Disse que essa atitude é louvável, mas não tira a responsabilidade da secretaria de saúde, cuidar das UBS e Postos de saúde, além de proporcionar ao povo o que precisam. Porque hoje está acontecendo a ação e quando essa ação virá de novo, próximo ano ou nas próximas eleições? Enfatizou que a secretaria de saúde precisa fazer muito mais de que vem fazendo, pois acabou com

e não havendo objeções, a Ata foi colocada em votação, sendo declarada aprovada por unanimidade sem alterações. Em ato contínuo, a Presidente solicitou a leitura das matérias para apresentação no Expediente do Dia. Em atenção a Indicação N° 034/2025 do vereador Kellianna Oliveira; em atenção a Indicação N° 035/2025 do vereador/I Secretário Lendineu Gonçalves; em atenção ao Projeto de Lei N° 008/2025 do Executivo que "Dispõe sobre criação e delimitação de bairro na sede do Município de Nova Esperança do Piraí e de outras providências"; em atenção ao Projeto de Lei N° 009/2025 que "Dispõe sobre nomeação e nomeação do Cemitério Público Municipal da Vila de Independência II, neste Município de Nova Esperança do Piraí/Pa, e de outras providências". Logo após este ato, a Presidente parabenizou a palavra aos Vereadores com a palavra o vereador Manoel Vasconcelos cumprimentou a todos e agradeceu a Deus o momento. Disse que nesta casa já foi falado sobre educação, agricultura, saúde, meio ambiente e tantas outras secretarias, mas dá para ver que algumas delas nunca conseguiram se destacar. Disse que não culpava nenhum secretário por isso. Informou que sugeria que esta casa encaminhasse convite a um secretário por semana para que os vereadores pudessem discutir com eles assuntos referentes ao município. Dito isto, perguntou a secretária da casa se foi enviado esse convite alguma vez. Recebendo resposta positiva da secretária e enviando a informação de que o primeiro a ser convidado foi o secretário de meio ambiente, o qual não enviou confirmação de presença e nem compa-

60
postaram-se os Vereadores: Benedito Araújo, Marcos
Pinto, Flávia Mendes, Antonio Jordani e Bene-
dito Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, a
Presidente convidou a todos para a próxima
sessão em nome de Deus e da Pátria declarou
a encerrada a sessão. A presente ata é a
expressão da verdade e vai assinada pelos
membros da Mesa Diretora e demais vere-
adores presentes.

84.263.847/0001-59

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRÁ

Trav. 27 de Dezembro, s/n
Vila Nova - CEP: 68.618-000

[Nova Esperança do Piriá-Pará]

Francisco Kelliane Vera de Oliveira
Marcos Apécio R. Freitas
Mônica Edison Gonçalves

Ata da 14ª Sessão Ordinária do 1º Período do 1º
Bicênio da 9ª Legislatura. Aos doze dias do mês de
junho de dois mil e vinte, e cinco às nove horas
e dezessete minutos, reuniram-se os vereadores da
Câmara Municipal de Nova Esperança do Piriá/
Pa, no Plenário Ananias Fervina Gonçalves, sob a
Presidência da vereadora Luzia Hermenegildo Somp-
cio da Silva, a qual, solicitou do 1º Secretário
Antonio Jordani Campos Gonçalves, a verificação
do quórum, sendo constatada e justificada a
ausência dos vereadores Benedito da Costa Ara-
újo Neto e Maria Flávia Mendes e
confirmada a presença dos demais Parlamen-
tários. Seguindo, a Presidente solicitou a leitura tri-
buna e havendo número legal, em nome de
Deus e da Pátria declarou aberta a sessão.
Na sequência, a Presidente solicitou a leitura
da Ata da Sessão Ordinária anterior. Em discussão



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
Gabinete da Prefeita



O valor atribuído a essas causas, no total de **R\$ 1.720.000,00** (hum milhão setecentos e vinte mil reais), não é um dado definitivo para se estabelecer o impacto fiscal relativo aos valores desses passivos, vez que não se sabe, quando do pagamento da ação, quais os valores efetivamente devidos.

Além do que, caso o Município venha a ser condenados, esses pagamentos não serão tempestivos, posto que haja a emissão de precatórios, que de acordo com o artigo 100, da Constituição Federal, somente serão objeto de dotações orçamentárias aqueles recebidos até 1º de julho do exercício no qual se elabora a proposta dos orçamentos, podendo o respectivo pagamento ocorrer até o final do exercício seguinte.

Todas essas situações devem implicar em procedimentos a serem tomados pela administração pública que levem à redução de despesas discricionárias e adiáveis, como as ações novas, de maneira a se garantir o equilíbrio fiscal, trajetória perseguida pela atual administração

Azozato
Aicinea do Socorro Carmo dos SCS dos Santos
Prefeita Municipal
Alcineia do Socorro Carmo dos SCS dos Santos
Doc. Oficial

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
Gabinete da Prefeita



ANEXO DE RISCOS E PROVIDENCIAS

O Anexo de Riscos Fiscais compreende os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, que são capazes de impactar negativamente nas contas públicas. Podem ser classificados em dois tipos:

1. Riscos orçamentários, aqueles relacionados à frustração na arrecadação prevista, alterações nos indexadores por força de mudanças na conjuntura econômica nacional e internacional, que afetam a estimativa da receita e a fixação da despesa e a restituição de tributos a maior que o previsto no orçamento;
2. Riscos de dívida, aqueles relacionados a situações externas à administração, que podem resultar em aumento do estoque da dívida pública, devido a fatores imprevisíveis, além de procedimentos que podem resultar em acréscimo de despesa, como os resultantes das variações da taxa de juros e de câmbio em títulos vincendos, bem como de julgamentos de processos judiciais.

Vale ressaltar que, conforme regra, todos os pagamentos resultantes de passivos contingentes estão sujeitos ao Regime de Precatório, conforme dispõe os termos do art.100, da Constituição Federal.

No entanto, algumas situações de riscos podem afetar as contas públicas e que fogem a esta regra, como as determinações de majoração de vencimentos ou incorporações de vantagens por meio de folhas suplementares efetivadas por mandados de segurança ou ações ordinárias transitadas

ARF (LRF, art. 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Descrição Valor Descrição Valor Aumento do Salário Mínimo acima da projeção Orçamentária	0,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	1.050.000
Ação Judicial em Tramitação	320,000	Limitação de Empenho	520.000
Epidemias e Calamidades Públicas	350,000	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000
Desvio de parâmetro da receita estimada e da efetivada de alguns impostos	1.050.000		
Total	1.720,000		1.720,000



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ
Gabinete da Prefeita



ANEXO DE RICOS FISCAIS

84.263.862/0001-05
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA
ESPERANÇA DO PIRIÁ
Av. São Pedro, Nº 752
Centro - CEP: 68.618-000
Nova Esperança do Piriá-Pará

Arozaber
Alicia do Socorro C. dos Santos
Prefeita Municipal
Doc. Oficiais